



O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 Fone: 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 Fone: 4555-5500

f Metalurgicos.SA.MA

www.metalurgicosantoandre.org.br



Edição 929 | 08 de dezembro de 2016

Governo quer exaurir o trabalhador ao exigir 49 anos de contribuição para aposentadoria integral

PEC da reforma previdenciária, que começou a tramitar nesta quarta, dia 7, na Câmara dos Deputados, fixa idade mínima de 65 anos para homens e mulheres. É hora, pois, de nos mobilizarmos pelos nossos direitos

Páginas 2 e 4



O que rola nas fábricas



Campanha Salarial 2016

| Prysmian |

Conquistado acordo com
reposição da inflação e tíquete
alimentação de R\$ 320

Página 3

Governo quer sugar o trabalhador antes da aposentadoria

A aposentadoria ficará cada vez mais distante do trabalhador se os deputados federais e senadores aprovarem a reforma da Previdência como foi apresentada pelo governo Michel Temer nesta terça, dia 6 (leia os principais pontos do projeto na página 4). Conseguir se aposentar com o benefício integral, então, se tornará praticamente impossível para quem, como nós os metalúrgicos, trabalha em empresas privadas, em que não há estabilidade e o trabalhador precisa ralar para se manter no emprego.

Desde o início das discussões sobre a reforma previdenciária já deixamos claro que somos contra a fixação da idade mínima de 65 anos para aposentadoria porque prejudica, principalmente, a população mais pobre e as mulheres.

Desconhecimento da realidade dos trabalhadores

Agora, exigir 49 anos de tempo de contribuição para um trabalhador ter direito ao benefício integral é não ter qualquer noção da realidade vivida pelos trabalhadores no Brasil. Essa exigência é uma medida típica de um burocrata que vive encastelado em Brasília, com todas as mordomias e polpudos ganhos no fim do mês.

A exigência beira o absurdo num momento em que o país tem mais

de 12 milhões de desempregados. Considerando ainda os subocupados (aqueles com jornada menor que 44 horas semanais e gostariam de trabalhar mais) e os que têm potencial mas desistiram de procurar emprego, o número de brasileiros e brasileiras subutilizados sobe para 23 milhões de pessoas.

Basta uma simples conta aritmética para ver que as coisas não fecham. Exemplo: um jovem que conquistar o primeiro emprego com registro em carteira aos 18 anos só conseguirá se aposentar com o benefício integral aos 67 anos, desde que nesses 49 anos não tenha ficado desempregado em nenhum momento. E isso seria um milagre num mercado de trabalho em que uma mão de obra na faixa dos 40 anos já sofre discriminação.

Por que não mexem nas isenções fiscais?

A desculpa do governo para pegar pesado em cima dos trabalhadores é que, se nada for feito, a Previdência Social vai quebrar em poucos anos, sem ter dinheiro nem para pagar os atuais aposentados, aposentadas e pensionistas.

Porém, em nenhum momento o governo toca em tabus como desoneração da folha de pagamento, isenção de entidades filantrópicas e cobrança de devedores. Segundo a Anfi (Associação Nacional de Au-

ditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), em 2015, a Previdência Social deixou de arrecadar R\$ 65,47 bilhões em renúncias fiscais.

Para este ano, o que deixa de entrar nos cofres da Previdência Social devido às isenções fiscais é estimado em R\$ 55,1 bilhões. Já a dívida ativa de empresas privadas e órgãos públicos chega a R\$ 340 bilhões.

O governo diz que agora, com a reforma previdenciária, vai equiparar as regras de aposentadoria nos setores privado e público, mas a história não é bem assim. As regras podem vir a ser as mesmas no futuro, mas as condições são totalmente diferentes. Pois os servidores públicos têm estabilidade e ganham bem mais que os assalariados da iniciativa privada.

Segundo um levantamento feito pelo consultor legislativo do Senado Marcos Köhler, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2016, a diferença entre o rendimento médio do setor público e o privado quase dobrou, saltando de 44% para 75%. No mesmo período, os servidores públicos tiveram aumento real de 33%, enquanto os trabalhadores do setor privado obtiveram apenas 10%.

Direito de aposentadoria às futuras gerações

Se a proposta de reforma previdenciária do governo Temer for aprovada como está, vai tirar do

trabalhador o direito de sonhar em se aposentar um dia e ter o merecido descanso junto a seus familiares, depois de décadas dedicadas ao trabalho.

Por isso, temos de nos mobilizar em torno das centrais sindicais e mostrar aos deputados federais e senadores que não aceitamos essa reforma previdenciária. Porque, mais uma vez, só está sobrando para os trabalhadores que ganham menos. Nesta passagem de ano, vamos renovar as energias e entrar em 2017 com disposição redobrada para lutar pelos nossos direitos, para que as futuras gerações também possam sonhar com a merecida aposentadoria.



Cícero Martinha
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

O que rola nas fábricas

SGS



Diretores Aldo e Osmar com os trabalhadores da SGS

Trabalhadores aprovam reajuste de 8,5% e PLR-2017

Após a rejeição do reajuste salarial apresentado pela SGS, o Sindicato negociou as reivindicações dos trabalhadores com a empresa e chegou a uma proposta aprovada pelos companheiros em assembleia realizada no dia 1º de dezembro, informa o diretor Osmar. O acordo prevê os seguintes itens:

Acordo salarial: reajuste de 6% em 1º de janeiro e de 2,5% em 1º de abril de 2017 sobre o salário de outubro; abono de 20% sobre o salário de outubro, pago em três parcelas, sendo 6% em dezembro, 6% em fevereiro e 8% em abril.

PLR-2017: o valor terá reajuste de 8,5% em relação ao do ano passado e será pago em duas parcelas: em agosto de 2017 e em fevereiro de 2018, atrelada a meta de absenteísmo com desconto de R\$ 60,00 a cada oito horas de falta não justificada.

Vale alimentação: a partir de agosto de 2017, o vale passará a ser de R\$ 629,30.

Cargos e salários: equiparação conforme tabela divulgada aos trabalhadores.

| Plasmotel |

Fechado acordo com reajuste em 1º/12

Os trabalhadores da Plasmotel aprovaram a proposta que prevê reajuste salarial de 8,5% em 1º de dezembro, conforme assembleia realizada no último dia 2. O diretor Giba informa que o adiantamento será pago no dia 20 de dezembro com a reposição da inflação.

Ferkoda



Trabalhadores da Ferkoda vão compensar dia 30 de dezembro

Abono é antecipado em parcela única

Os companheiros da Ferkoda vão receber no dia 20 de dezembro, em parcela única, o abono salarial de 20%, conforme proposta aprovada em assembleia realizada nesta terça, dia 6. O diretor Tiririca informa que os trabalhadores vão trabalhar nesta quinta, aniversário de Mauá, para folgar no dia 30 de dezembro, sexta-feira, emendando com a virada do ano.

Campanha Salarial 2016

| Grupo 10 |

Não teve reajuste? Procure o Sindicato

Prosseguem as negociações do Sindicato com as empresas do Grupo 10, cujos sindicatos patronais não apresentaram proposta na nossa data-base. Portanto, se a empresa em que você trabalha ainda não fechou acordo, procure o Sindicato imediatamente. Como temos alerta-

Star Center

Os companheiros da Star Center tiveram os salários reajustados em 8,5% no dia 1º de novembro, conforme acordo aprovado em assembleia realizada no dia 1º de dezembro. O diretor Aldo informa que a diferença do salário de novembro será paga até o dia 5 de janeiro de 2017, quando é depositado o salário de dezembro.

GR Colors

Na GR Colors, os trabalhado-

res e as trabalhadoras terão os salários reajustados em 8,5% no dia 1º de janeiro, além do abono de 20% a ser pago em duas parcelas de 10% cada nos dias 15 de dezembro e 15 de janeiro de 2017, informa o diretor Aldo. Assembleia foi realizada no dia 1º de dezembro.

Novos acordos fechados:

A & F; A.I. Ind. Com e Exp de Aces. Vidro, Alumínio e Mat. de Const.; Alberic Usinagem; Auto Mecânica Rubinho; Bringer Service; Com. de Portões Elbfer; Delta Ind. e Com.; Eficaz Modelação; Eletro Técnica Dínamo; Fullpox; G J Com. e Man. de Equip Indust.; Garage 5 Restaurações; GR Colors; Gessy Garcia Campos Santo André; Impacto Portões; Incomase; Ind. e Com. de Refrigeração Real; Jetbras; JKG Polimentos; Jmi Masters; Joee Válvulas; Leravi Industrial; Look Esquadrias; Lookinox; Mavam; MR dos Santos Mecânica; MD Direção e Suspensão; MT



Assembleia dos trabalhadores da Star Center



Companheiras e companheiros da GR Colors aprovam acordo

Serviços Automotivos; Oiramcar Funilaria; Rebecar; Rebrasil; Recuperadora de Carcaças Valente; Sandro Saloro de Carvalho; Stop Freios; Steel Ind. e Com. de Cozi-

nhas; Steel Cozinhas Industriais; SGS; Sergio Luiz Montagnini da Silva; Temperjato Tratamento de Metais; Trefital Ind. e Com. de Metais.

| Prysmian |

Conquistado acordo com reposição da inflação e tíquete alimentação de R\$ 320

Em negociação direta do Sindicato com a Prysmian, foi fechado o acordo da Campanha Salarial 2016. Pela proposta aprovada em assembleia realizada nesta segunda-feira, dia 5,

os trabalhadores terão reajuste de 6% em 1º de janeiro de 2017 sobre o salário de outubro de 2016 e de 2,36% em 1º de abril sobre o salário já reajustado, informam os diretores Jacaré, Joel

e Mineirão. Já o tíquete alimentação passou de R\$ 210,00 para R\$ 320,00, a partir de novembro, com um aumento de 52%.

| Sindicalize-se |

Na próxima semana, a equipe de sindicalização estará nas seguintes empresas:

Dia 12/12 Icaraí
Dia 13/12 GM Balcões
Dia 14/12 Guazzelli
Dia 15/12 Reiforma
Dia 16/12 Cluster

Arconic



Departamento Jurídico do Sindicato acompanhou a votação

Aprovado acordo com reposição da inflação

Em votação secreta realizada na última sexta, dia 2, nos três turnos, os trabalhadores da Arconic aprovaram o acordo salarial que prevê reajuste de 6% em 1º de janeiro e 2,5% em 1º de março sobre o salário de outubro de 2016, informa o diretor Osmar. Além disso, terão abono de 20% pago em três etapas: 6% até 15 de dezembro, 6% até 15 de fevereiro e 8% até 15 de abril. O acordo negociado pelo Sindicato com a empresa foi aprovada com 64,2% dos votos a favor e 35,7% contra.

Pedro Neuenhaus



Trabalhadores da Pedro Neuenhaus em assembleia

PLR tem valor fixo

Os trabalhadores da Pedro Neuenhaus receberam nesta segunda, dia 5, em parcela única, a PLR-2016, informa o diretor Aldo. A assembleia foi realizada no dia 31 de novembro.

Aposentadoria integral só com 49 anos de contribuição

Se o Congresso Nacional aprovar a reforma da Previdência como foi proposta pelo governo Temer, o trabalhador terá de ter, no mínimo, 65 anos de idade e contribuir por 49 anos à Previdência Social para garantir 100% do benefício.

O tempo mínimo de contribuição previsto é de 25 anos, mas isso asseguraria apenas 76% da aposentadoria, explicou Marcelo Caetano, secretário da Previdência, ao apresentar o projeto da reforma previdenciária nesta terça, dia 6.

Pela proposta do governo, a nova regra de cálculo do benefício considera um piso de 51% da média de salários de contribuição do trabalhador acrescido de 1 ponto percentual por ano contribuído. Um exemplo: quem contribuiu por 30 anos e tiver, no mínimo, 65 anos garante 81% do valor médio de contribuição.

O benefício continuará limitado ao teto, hoje, de R\$ 5.189,82. Já o fator previdenciário e a regra 85/95 deixariam de existir.

Confira os principais pontos da reforma:

Idade mínima

A proposta do governo fixa em 65 anos a idade mínima para homens e mulheres se aposentarem. Hoje, há idade mínima apenas para aposentadoria por idade, sendo 65 anos para homens e 60 para mulheres e, no mínimo, 15 anos de contribuição para ambos.

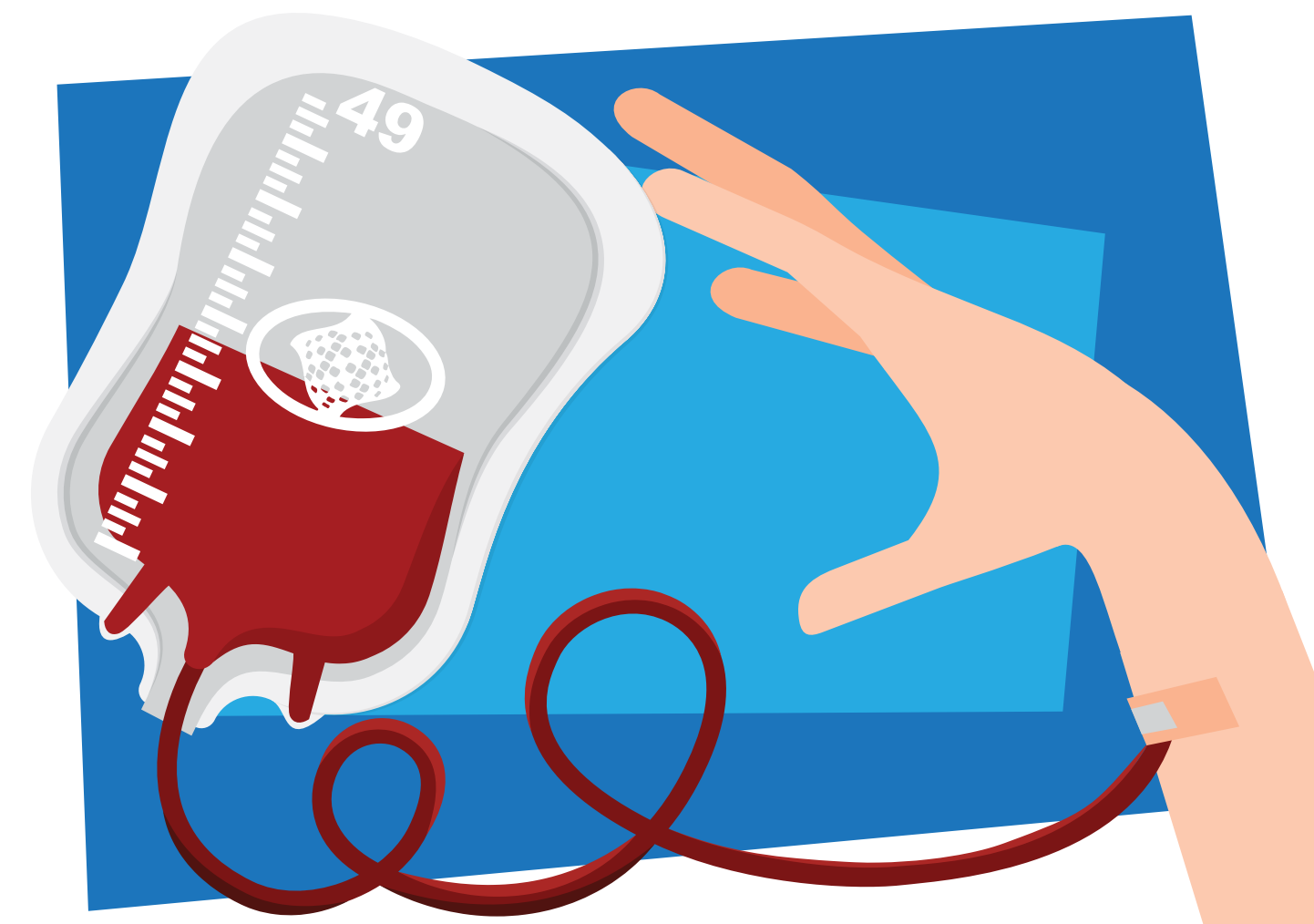
Regra de transição

Para quem já está no mercado de trabalho, serão criadas regras de transição para homens com 50 anos ou mais e para mulheres com 45 anos ou mais. Para os trabalhadores abaixo dessa faixa etária, vão valer integralmente as novas regras para aposentadoria.

Pela regra de transição, haverá um pedágio de 50% do tempo de contribuição em relação à regra atual. A regra de transição só vale para o tempo de aposentadoria. Para o cálculo do benefício, valerá a nova regra proposta mesmo para homens acima de 50 anos e mulheres acima de 45, de acordo com a Secretaria da Previdência.

Tempo de contribuição

O prazo mínimo de contribuição para a Previdência Social será elevado de 15 anos para 25 anos.



Benefício integral

Pela proposta do governo, para ter direito ao benefício integral, o trabalhador tem de atender duas condições: a idade mínima de 65 anos e 49 anos de contribuição à Previdência Social.

Condições especiais, pessoas com deficiência e aposentadoria por incapacidade

Os trabalhadores submetidos a condições especiais de trabalho, prejudiciais à saúde, assim como as pessoas com algum tipo de deficiência, continuarão tendo tratamento especial, mas não poderão se aposentar com menos de 55 anos de idade e 20 anos de tempo de contribuição. No caso da aposentadoria por incapacidade permanente por acidentes no trabalho, a proposta do governo é de que o valor corresponda a 100% da média das remunerações.

Salário mínimo

A proposta do governo mantém o piso das aposentadorias vinculado ao salário mínimo, mas quer desvincular os benefícios assistenciais como o concedido a idosos e deficientes.

Fator Previdenciário e

Hora da pressão é agora

Para entrar em vigor, como se trata de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), a reforma previdenciária precisa ser aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados com, no mínimo, 308 votos a favor e, depois, em dois turnos no Senado com, pelo menos, 49 votos favoráveis. A PEC da reforma previdenciária começou a tramitar nesta quarta, dia 7, na Câmara dos Deputados. Na hipótese otimista do governo, a reforma estará pronta para ir à votação no plenário da Câmara em meados de maio de 2017.

Por isso, a pressão da classe trabalhadora sobre os deputados federais e senadores tem de começar desde já.

Regra 85/95

A proposta do governo é acabar com o fator previdenciário e a regra 85/95 quando as novas regras entrarem em vigor.

Pensão por morte

O valor pago à viúva ou ao viúvo passará a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte que morreu com um adicional de 10% para cada dependente do casal, até o limite de 100% do benefício. Quando um dependente atingir a maioria, a parte dele deixa de existir, não sendo incorporada à pensão. A proposta do governo proíbe o acúmulo de pensão por morte e aposentadoria. Os beneficiários teriam de escolher um dos dois.

Setores privado e público

As novas regras previdenciárias vão equiparar os direitos e benefícios de trabalhadores dos setores privado e público, mas seguindo regras de transição diferenciadas, por um período de dois anos. O benefício continuará limitado ao teto, hoje, de R\$ 5.189,82.

Plantão previdenciário

O Departamento Jurídico do Sindicato possui plantão previdenciário todas as sextas-feiras, das 9h às 12h e das 14h às 17h. Em caso de dúvidas, procure o Sindicato.

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Presidente: Cícero Martinha **Diretor responsável:** Osmar Cesar Fernandes **Jornalista responsável:** Marina Takiishi MTb 13.404

Fotos: Rossini Handley **Projeto gráfico e ilustrações:** Rodrigo da Cunha Lima

